



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

1ª Etapa

405  
cm

XVII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

### I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
- II - Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- III - Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
- IV - Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
- V - São proibidas quaisquer consultas.
- VI - Sua assinatura deve constar apenas do canhoto destacável.
- VII - Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.

Duração da prova: 04 horas.

BOA SORTE!

#### COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente  
Juiz DÉLVIO BUFFULIN  
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - membro da OAB

#### COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente  
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES  
Dr. ELI ALVES DA SILVA - membro da OAB

MAIO/1995

## DIREITO DO TRABALHO

406  
cm

01. Menor. Jornada de trabalho. Mais de um emprego:
  - a) menor não poderá ter mais de um emprego.
  - b) poderá ter mais de um emprego desde que não coincidentes as jornadas.
  - c) poderá ter mais de um emprego desde que totalizadas as horas.
  - d) poderá ter mais de um emprego, mas não poderá cumprir jornada prorrogada.
02. Da mora contumaz. Quando ocorre:
  - a) quando o empregador for veseiro em pagar o salário após o dia legalmente instituído.
  - b) quando o atraso for superior a três meses.
  - c) quando o atraso for igual ou superior a três meses.
  - d) quando o atraso for igual ou superior a três meses, em não havendo motivo grave e relevante.
03. De conformidade com o direcionamento legal para a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, o interessado deverá comparecer pessoalmente ao órgão emissor, onde será identificado e prestará as declarações necessárias. Pergunta-se: e se o interessado não possuir documento idôneo à sua identificação?
  - a) a carteira será fornecida com base nas informações do interessado, desde que confirmadas por duas testemunhas.
  - b) sem identificação não se fornece carteira sob pena de permitir-se a fraude.
  - c) a carteira será fornecida desde que consiga o trabalhador carta de apresentação assinada por autoridade.
  - d) a carteira será fornecida através de requerimento assinado pelo sindicato da categoria do interessado ou pelo Ministério Público, em não existindo sindicato.
04. Ferroviário. Serviço de sobreaviso e de prontidão. Tempo à disposição. Remuneração.
  - a) 1/3 do salário para o sobreaviso e 2/3 para a prontidão.
  - b) 2/3 do salário para o sobreaviso e 1/3 para a prontidão.
  - c) 1/3 do salário para o sobreaviso e a prontidão será paga integralmente.
  - d) ambos serão remunerados integralmente pelo tempo à disposição já que ambos são considerados de serviço efetivo.
05. Empresa resolveu transferir o seu estabelecimento comercial para outra localidade. Uso do "jus variandi" sabendo-se que havia empregados detentores de estabilidade:
  - a) em havendo transferência do estabelecimento, o estabilidade não goza de nenhuma prerrogativa.
  - b) o estabilidade não poderá ser transferido, ainda que haja transferência do estabelecimento, salvo motivo de força maior.
  - c) o estabilidade não poderá ser transferido, ainda que haja transferência total ou parcial do estabelecimento.
  - d) o estabilidade não poderá ser transferido, ainda que haja transferência total ou parcial do estabelecimento ou ocorra a força maior.
06. Culpa recíproca. Consequências: aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcionais e multa do FGTS.
  - a) não tem direito ao aviso prévio, ao 13º salário e férias proporcionais e a multa do FGTS será de apenas 20%.

- 407  
m
- b) tem direito ao aviso prévio; não tem direito às férias e 13º salários proporcionais nem à multa do FGTS.
  - c) tem direito a 50%: do aviso prévio, das férias, 13º salários proporcionais e da multa do FGTS.
  - d) não tem direito ao aviso prévio, férias e 13º salários proporcionais, mas a multa do FGTS será integral.
07. Contrato de trabalho a termo e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Contrato a termo foi rescindido antecipadamente. Consequências.
- a) trabalhador terá direito aos depósitos realizados com acréscimo de 40%.
  - b) trabalhador terá direito aos depósitos realizados sem qualquer acréscimo.
  - c) trabalhador terá direito aos depósitos realizados, sem acréscimo, mais a indenização pela metade do tempo faltante.
  - d) trabalhador terá direito aos depósitos fundiários, com acréscimo de 40%, mais a indenização pela metade do tempo faltante.
08. Empregado afastado em virtude das exigências do Serviço Militar. Para que o empregado tenha direito a retornar ao cargo do qual se afastou por exigência do serviço militar, deverá:
- a) notificar o empregador dessa sua intenção através do cartório de títulos e documentos no prazo máximo de 15 dias da baixa.
  - b) notificar o empregador dessa sua intenção através de telegrama, carta registrada, radiograma, fonograma, fax, telex ou qualquer outra forma ou meio dentro de 60 dias da respectiva baixa.
  - c) notificar o empregador dessa sua intenção através de telegrama ou carta registrada dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.
  - d) não terá de fazer nenhuma notificação, bastando que compareça ao trabalho dentro dos primeiros 15 dias após a baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.
09. Das fontes de Direito. Fontes reais.
- a) as derivadas da vontade do Estado.
  - b) toda influência externa em determinada região, em determinado momento, movimentos sociológicos, ecológicos, princípios ideológicos, necessidades locais, regionais, nacionais, forma de governo, momentos históricos, movimentos catastróficos, pujança econômica, etc.
  - c) contrato individual de trabalho, estatuto ou regulamento da empresa.
  - d) acordo, convenção coletiva e sentença normativa.
10. Do contrato de trabalho na concordata. A rescisão do contrato poderá ser tornada sem efeito.
- a) a critério da concordatária, desde que efetue o pagamento dos salários devidos durante o interregno.
  - b) desde que concordes as partes e mediante pagamento dos salários do interregno.
  - c) desde que concordes as partes e mediante pagamento de 50% dos salários no interregno.
  - d) desde que concordes as partes e mediante pagamento de 60% dos salários no interregno.

#### DIREITO CIVIL

11. Obrigação indivisível, com vários devedores, que não foi paga por culpa de um dos devedores. Consequências:
- a) a obrigação perde a qualidade de indivisível e se resolve em perdas e danos, respondendo tão-somente o devedor culpado.

- 408  
m
- b) a obrigação não perde a qualidade de indivisível e todos continuarão a responder pelo cumprimento da obrigação e pelas perdas e danos.
  - c) a obrigação perde a qualidade de indivisível e todos os devedores responderão por perdas e danos (*culpa in vigilando*).
  - d) a obrigação não perde a sua qualidade de indivisível mas se resolve em perdas e danos, com responsabilidade de todos os devedores.
12. Dispõe a lei: "Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência". A exceção legal tem suporte:
- a) no princípio da retroatividade.
  - b) no princípio da ordem pública.
  - c) no princípio da obrigatoriedade da lei.
  - d) no princípio ripristinatório, também conhecido como ripristinatório.
13. Traslados e certidões extraídas dos respectivos originais, produzidos em juízo como prova de algum ato. Sua natureza é de:
- a) instrumento público.
  - b) instrumento particular, ainda que produzido em juízo.
  - c) simples ato judicial com valor dentro do processo.
  - d) valor probatório relativo como prova emprestada, em se discutindo em outro processo o mesmo ato que originou o original da certidão ou do traslado extraído.
14. As partes pactuaram a venda e compra do direito de uso de uma linha telefônica, constando do compromisso que a alienação somente terá valor se lavrada por instrumento público. Indicar a alternativa correta:
- a) deve prevalecer a vontade das partes, mesmo não sendo a exigência da substância do ato.
  - b) deve prevalecer a vontade das partes, já que pelo pactuado o instrumento público tornou-se da substância do ato.
  - c) poderá a alienação ativar-se por instrumento público ou particular, posto que o pactuado não encontra respaldo na lei.
  - d) em se cuidando de bem móvel, a alienação se tem por perfeita com a simples tradição, bastando um pedido de transferência junto ao órgão controlador.

#### DIREITO COMERCIAL

15. Falência. Termo legal. Atos praticados pelo falido nesse período. Natureza jurídica da sentença. Coisa julgada.
- a) termo legal: 60 dias. Atos praticados são revogáveis. Natureza jurídica da sentença: declaratória. Sentença faz coisa julgada.
  - b) termo legal: 60 dias. Atos praticados são inexistentes. Natureza jurídica da sentença: constitutiva. Sentença faz coisa julgada.
  - c) termo legal: 30 dias. Atos praticados são nulos. Natureza jurídica da sentença: declaratória desconstitutiva. Sentença faz coisa julgada.
  - d) termo legal: 90 dias. Atos praticados são anuláveis. Natureza jurídica da sentença: condenatória. Sentença não faz coisa julgada.
16. Sociedade anônima constituída formalmente não registra seus atos constitutivos no órgão competente. Conseqüências:
- a) responderá como sociedade de fato.
  - b) responderá como sociedade irregular.
  - c) não se constitui legalmente, respondendo os primeiros administradores solidariamente pelos atos praticados até então, se de outra forma não deliberar a assembleia geral.

- d) em sendo sociedade de capital, não necessita de registro, bastando que atenda aos requisitos formais de constituição e do que resulta a sua integral responsabilidade. 409  
Om
17. Dos livros comerciais. Eficácia probatória e exibição em juízo. Questões sucessórias.
- a) fazem prova plena em favor do comerciante e só poderão ser exibidos de forma parcial.
  - b) fazem prova plena contra o comerciante e poderão ser exibidos de forma total.
  - c) fazem prova relativa em favor do comerciante e o interessado, em questões sucessórias, somente terá direito de verificar a parte que lhe interessa.
  - d) fazem prova plena em favor do comerciante e a exibição terá lugar em caso do seu exclusivo interesse.
18. Falência. Habilitação de credores. Credor de direito real sobre determinado imóvel pertencente à empresa falida efetuou o pedido de restituição posto que arrecadado pelo síndico. Indicar hipótese correta:
- a) não cabe o pedido de restituição após a arrecadação dos bens pelo síndico.
  - b) a restituição é possível em virtude de direito real ou de contrato.
  - c) somente através de embargos de terceiro junto ao juízo universal poderá o credor de direito real defender seus direitos.
  - d) a parte terá a sua preferência assegurada não tendo cabimento falar em restituição de bem arrecadado, salvo prova de que o valor é inferior ao valor do gravame real.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Ato coletivo. Conceito:
- a) é aquele que engloba vários beneficiários.
  - b) é aquele que é emanado dos denominados colégios.
  - c) é aquele que engloba toda uma categoria.
  - d) é aquele que é emanado juntamente com outros atos formando uma coletividade.
20. Atos Administrativos. Ato Político. Caracteres:
- a) são os atos emanados **interna corporis**.
  - b) são os atos de governo que digam respeito à oportunidade e conveniência.
  - c) são atos ligados à nomeação de Ministros, Secretários e segundo escalão da Administração.
  - d) são aqueles atos em que o governo se movimenta com maior liberdade do que no ato discricionário, situado em polo oposto ao discricionário, mas que não tem nenhum ponto de contato com o ato arbitrário.
21. Ato Administrativo. "Privilégio do Preliminar".
- a) torna as decisões administrativas executórias.
  - b) possibilita a suspensão preliminar de ato administrativo.
  - c) o ato administrativo só ganha executoriedade após confirmado pelo Judiciário quanto à legalidade.
  - d) são atos administrativos que beneficiam apenas alguns cidadãos que reúnam as exigências previstas no ato.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

22. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais têm nas suas composições juizes provindos da classe dos advogados. Indicar a hipótese correta de

escolha:

- 410  
m
- a) escolha do Presidente da República através de lista sêxtupla organizada pelo órgão de representação federal e estadual.
  - b) escolha direta pelo Presidente da República para o "TSE" e lista sêxtupla organizada pelo Governo de Estado e Assembleia Legislativa para o "TRE" com escolha do Presidente.
  - c) lista sêxtupla organizada pelo STF para o "TSE" e lista sêxtupla organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado respectivo para o "TRE" e nomeação, em ambos os casos, do Presidente da República.
  - d) escolha direta do Presidente da República para o "TSE" e do Governador do Estado respectivo entre advogados de confiança daquelas autoridades.
23. Ministério Público Federal. Exigências para que possa compor lista para a promoção.
- a) o candidato deve possuir mais de 10 anos de carreira.
  - b) o candidato deve possuir mais de 10 anos de carreira e notório saber jurídico.
  - c) o candidato deve possuir mais de 10 anos na carreira, notório saber jurídico e reputação ilibada.
  - d) o candidato deve possuir notório saber jurídico e reputação ilibada.
24. Empregado convocado para o serviço militar invoca motivo de convicção política para eximir-se de atividades de caráter militar.
- a) o serviço militar é obrigatório e a convicção política não é motivo para dispensa.
  - b) somente por convicções filosóficas ou crença religiosa poderá o convocado eximir-se da obrigação.
  - c) poderá eximir-se por convicção política, mas deverá prestar serviços alternativos.
  - d) poderá eximir-se por convicção política, em tempo de paz, mas deverá prestar serviços alternativos.
25. Procurador Geral da República poderá ser exonerado antes do término do seu mandato?
- a) poderá mediante processo administrativo.
  - b) poderá ser exonerado pela Presidência da República no uso do seu poder discricionário.
  - c) poderá ser exonerado pelo Congresso Nacional, de ofício, mediante voto secreto de maioria absoluta.
  - d) poderá ser exonerado pelo Senado Federal, de ofício, mediante voto secreto de maioria absoluta.

#### DIREITO PENAL

26. Da co-autoria e da co-participação. Diferenças conceituais:
- a) não existe qualquer diferença conceitual.
  - b) na co-autoria, o co-autor realiza juntamente com o autor o ato típico (cumplicidade física); na co-participação, o co-partícipe apenas dá conselhos, orienta, dá instruções ao executor direto (cumplicidade intelectual).
  - c) a co-participação somente poderá existir nos crimes contra a fé pública.
  - d) na co-autoria, o co-autor apenas dá conselhos, orienta, dá instruções ao executor direto (cumplicidade intelectual); na co-participação, o co-partícipe realiza juntamente com o autor o ato típico (cumplicidade física).
27. Determinada pessoa, passando por determinado local, pressente que um cão bravo vai atacar uma pessoa e saca da sua arma e mata o animal. Verifica

depois que se cuidava de um cão guia de cego e que estava apenas correndo para alcançar o seu dono. Qual o enquadramento penal da sua conduta?

- a) agiu em legítima defesa de outrem, sendo o seu ato plenamente justificável pelas circunstâncias, supondo encontrar-se em face de agressão injusta, atual ou iminente.
- b) agiu em legítima defesa própria e de outrem, sendo o seu ato plenamente justificável pelas circunstâncias, supondo encontrar-se em face de agressão injusta, atual ou iminente.
- c) agiu em legítima defesa putativa, já que pelas circunstâncias apresentadas era correto supor que se encontrava em face de uma agressão injusta, atual ou iminente.
- d) não se trata de legítima defesa.

#### DIREITO INTERNACIONAL

28. Sabendo-se que a EUROPEAN CONVENTION ON STATE IMMUNITY AND ADDITIONAL PROTOCOL fora recepcionada pelo "STF" - qual a consequência a partir de então:
- a) adoção da imunidade temperada.
  - b) adoção da imunidade absoluta.
  - c) a supressão do princípio delibatório.
  - d) a denúncia da Convenção de Havana.

#### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

29. A seguridade social, segundo dispõe a lei, será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta. Criada determinada contribuição, pergunta-se:
- a) terá exigência imediata.
  - b) terá exigência após decorridos 90 dias.
  - c) terá exigência após decorridos 120 dias.
  - d) terá exigência somente no próximo exercício financeiro.
30. O ato de agressão, de sabotagem ou de terrorismo praticado por terceiro contra empregado em ambiente de trabalho e no horário de trabalho constitui:
- a) acidente do trabalho.
  - b) não constitui acidente do trabalho.
  - c) responsabilidade civil do empregador por culpa "in custodiendo".
  - d) responsabilidade objetiva do empregador.

#### PROCESSO DO TRABALHO

31. Através de ação plúrima, cinco empregados de uma mesma empresa ajuizaram reclamações pleiteando o pagamento das verbas rescisórias por despedida injusta. Dois deles não compareceram à audiência por motivo de doença devidamente comprovado. Indicar alternativa correta:
- a) a ausência do empregado, ainda que por motivo justificado, é o arquivamento.
  - b) face à justificativa, o juízo designará nova audiência.
  - c) não haverá arquivamento uma vez que os ausentes serão representados pelos reclamantes presentes.
  - d) o processo será desmembrado, arquivando-se quanto aos faltantes e prosseguindo-se quanto aos presentes.
32. Em determinada ação, a empresa apresenta exceção de incompetência em razão da matéria a qual é acolhida, determinada a remessa do processo a uma das Varas da Justiça Comum. Através de recurso, a decisão é reformulada com a baixa dos autos ao juízo de origem. Recolocado o

- processo em pauta, o reclamante não compareceu e o juiz determinou de ofício o arquivamento. Indicar alternativa correta:
- 412  
m
- a) o arquivamento está correto.
  - b) o arquivamento não está correto.
  - c) o arquivamento dependia da autorização da reclamada.
  - d) o arquivamento está correto uma vez que se traduz em ato discricionário do juiz na condução do processo.
33. Apresentada a defesa e a reconvenção, o reclamante desiste da reclamatória com o consentimento da reclamada. Indicar hipótese correta:
- a) a reconvenção liga-se à ação na qualidade de acessório e principal. Não havendo principal não há acessório.
  - b) a reconvenção é ação autônoma que sobrevive sem a reclamatória.
  - c) ao concordar com a desistência da ação, a reclamada tacitamente desistiu da reconvenção.
  - d) com a desistência, a reconvenção se transforma em ação principal e necessita ser distribuída para que fixe a competência funcional.
34. Da incompetência absoluta. Declarada a incompetência. Conseqüências:
- a) apenas os atos decisórios serão nulos.
  - b) todos os atos serão nulos de pleno direito, viciados pela ausência de competência e conseqüente jurisdição para dizer o direito.
  - c) todos os atos são válidos até a declaração de incompetência que tem efeito "ex nunc".
  - d) somente serão declarados nulos aqueles atos prejudiciais ao hipossuficiente.
35. "A" promove execução contra a empresa "Y". Esta oferece em garantia do juízo o direito de uso de três linhas telefônicas, únicos bens que possui. Existem mais três ações trabalhistas em liquidação de sentença. Indicar alternativa correta e imediata:
- a) os demais credores poderão promover a penhora no rosto dos autos.
  - b) os demais credores poderão promover a penhora sobre os bens já penhorados, garantida a ordem de preferência.
  - c) os demais credores não poderão promover a penhora.
  - d) cabível será o concurso de credores.
36. "A" ajuíza ação contra a empresa "B". Citada não se defendeu e foi considerada revel. Indicar alternativa correta:
- a) será confessa quanto a matéria de fato e de direito.
  - b) será confessa, mas a confissão é relativa e poderá ser ilidida por outras provas.
  - c) a revelia não será decretada se ausente algum pressuposto processual ou condição da ação.
  - d) com a revelia, tem-se como presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, tendo como conseqüência a condenação no pedido.
37. Promovida a execução através de carta precatória, levado o bem à praça, apurado o **quantum**, indicar a alternativa correta:
- a) juiz deprecado liberará o numerário ao exeqüente.
  - b) juiz deprecado liberará o numerário ao exeqüente, desde que concorde a executada.
  - c) juiz deprecado colocará o valor apurado à disposição do juiz deprecante para ulteriores deliberações.
  - d) ambos os juízes são competentes para a liberação do **quantum**, sendo a escolha do exeqüente.

- 413  
CM
38. "A", sócio da empresa "Y", teve bens de sua propriedade penhorados para pagamento da dívida da empresa. Sabe-se que nos cálculos apurados existem erros e enganos que elevam o "quantum" além do que seria correto e a empresa "Y" não teve oportunidade de falar sobre os cálculos homologados. Indicar a hipótese correta:
- a) poderá usar dos embargos à penhora e invocar o excesso já que a parte não pode inovar na execução (art. 879, § 1º, CLT).
  - b) poderá lançar mão dos embargos de terceiro e invocar a nulidade da homologação, por cerceamento, por excesso de execução e por excesso de penhora.
  - c) através dos embargos de terceiro, "A" discutirá a nulidade da homologação e, por consequência, a liberação dos bens penhorados.
  - d) nenhuma das hipóteses retro.
39. Do representante classista. Feita a nomeação, esta fora impugnada no prazo de 15 dias. Perquire-se sobre a correção do ato impugnatório bem assim sobre o prazo.
- a) correta a impugnação que se ativou no prazo correto.
  - b) correta a impugnação, mas fora do prazo.
  - c) o ato é inimpugnável.
  - d) o prazo está correto, mas a impugnação somente seria possível após a efetiva posse.
40. Da perempção. Configuração e consequências:
- a) configura-se com a extinção do processo por três vezes, tendo como consequência a perda do direito de ação.
  - b) configura-se com a extinção do processo por três vezes, por não promover o autor os atos e diligências que lhe competirem, abandonando a causa, tendo como consequência a perda do direito de ação.
  - c) configura-se com a extinção do processo por três vezes, tendo como consequência a perda do direito.
  - d) configura-se com a extinção do processo três vezes consecutivas ou cinco alternadas por não promover o autor os atos e diligências que lhe competirem, abandonando a causa, tendo como consequência a perda do direito.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Mandado de segurança impetrado com o objetivo de conseguir a reclassificação de servidor público. Concedida a liminar.
- a) em se tratando de obrigação de fazer, incabível a liminar.
  - b) cabível a liminar desde que o impetrante ofereça caução ou fiança bancária idônea.
  - c) o deferimento de liminar é consequência lógica em verificando o julgador a verossimilhança do direito pleiteado.
  - d) a liminar não poderá ser concedida posto que a execução somente poderá ser levada a efeito após o trânsito em julgado da sentença.
42. Medidas cautelares. Vistoria "ad perpetuam rei memoriam" para preservar a realidade ambiente para ação de insalubridade que será proposta pelo sindicato contra a empresa "Y". Juiz indeferiu o pedido.
- a) cabível o agravo de instrumento.
  - b) cabível o agravo de petição.
  - c) cabível a correição parcial.
  - d) cabível o mandado de segurança.
43. Faleceu autor de herança o qual não tinha domicílio certo e possuía bens em diferentes localidades. Inventário. Competência territorial. Deixou herdeiros necessários.

- a) qualquer um dos lugares onde se localizam os bens.  
b) local do falecimento.  
c) foro "rei citae" de maior valor.  
d) foro dos herdeiros necessários ou o da viúva supérstite.
44. Do pedido. Da obrigação indivisível. Pluralidade de credores. Credores que não participaram do processo. Conseqüências:
- a) quem não participa do processo não compõe os limites subjetivos da coisa julgada, não se aproveita do resultado nem lhe sofre as conseqüências.  
b) em sendo indivisível a obrigação, aquele credor que não participou do processo receberá a sua parte deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.  
c) em sendo a obrigação indivisível, inarredável que se forme o litisconsorte posto que necessário, pena de nulidade do julgado.  
d) em sendo a obrigação indivisível, o credor que acionar a parte deverá prestar contas aos demais credores, o que poderá ser feito nos mesmos autos.
45. Da matéria preliminar que o juiz não poderá conhecer de ofício:
- a) da inépcia da petição inicial.  
b) da preempção.  
c) da conexão.  
d) do compromisso arbitral.
46. Da petição inicial. Inépcia. Quando se configura? Indicar a alternativa:
- a) quando a parte for manifestamente ilegítima; faltar pedido ou causa de pedir.  
b) o pedido for juridicamente impossível; contiver pedidos incompatíveis entre si.  
c) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; o pedido for juridicamente impossível; contiver pedidos incompatíveis entre si; quando o autor carecer de interesse processual.  
d) quando não atendidas as prescrições dos arts. 39, parágrafo único, e 284, ambos do CPC.
47. Advogado excluído da OAB. Substabelecimento. Validade dos atos praticados pelo substabelecido, sabendo-se que o substabelecimento deu-se nos 10 (dez) dias seguintes à exclusão.
- a) atos praticados são nulos.  
b) os atos praticados são válidos porque o impedimento do advogado excluído não se transfere ao substabelecido.  
c) o substabelecimento deu-se no prazo legal, o que torna válidos os atos praticados.  
d) os atos são válidos porque a penalidade imposta ao advogado não pode atingir a parte que nele confiou.
48. Execução. Depositário infiel. Prisão:
- a) será decretada no próprio processo, independentemente de ação de depósito.  
b) dependerá da ação de depósito.  
c) a obrigação do fiel é de fazer e se resolve em perdas e danos, não havendo suporte para o decreto de prisão.  
d) com o advento da nova Carta Política, banuiu-se a possibilidade de prisão administrativa, não excepcionando a lei maior para o caso do depositário infiel.

414  
om

- 415  
om
49. O empregado "A" tem de receber da empresa "Y" o valor de R\$\*2.000,00 (dois mil reais). "A", por instrumento particular devidamente formalizado, cede o seu crédito a "B" que se subroga em todos os direitos do cedente na forma da lei civil. "A" requer ao juízo que "B", a partir daquele momento, passe a ocupar no processo o lugar do cedente, posto que detentor do direito substancial a partir de então. Dada ciência ao devedor, este não consentiu na vinda do cessionário ao processo. Indicar alternativa prevista na lei:
- a) o cessionário tem direito de tomar no processo o lugar do cedente, não competindo ao devedor opinar a esta parte.
  - b) face à discordância do devedor, o juízo determinará que o cedente permaneça e que o cessionário integre a lide na qualidade de assistente litisconsorcial.
  - c) com a cessão, o crédito perde o privilégio que existia "intuitu personae", ocorrendo aí uma exceção à "perpetuatio jurisdictionis" prevista na lei.
  - d) o processo prosseguirá normalmente com o cedente, considerando que a cessão de crédito por instrumento particular só vale entre o cedente e o cessionário, sendo a posição do devedor de "res inter alios".
50. Títulos Executivos Judiciais e Extrajudiciais. O formal de partilha e a certidão de partilha estão colocados no rol dos títulos executivos judiciais. Indicar a alternativa correta:
- a) tem força executiva erga omnes.
  - b) tem força executiva somente contra o inventariante.
  - c) tem força executiva contra o inventariante e herdeiros.
  - d) tem força executiva contra o inventariante, herdeiros e sucessores a título universal ou singular.